



USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO: ESTADO E FINANCIAMENTO PÚBLICO

ESTREITO HYDROELECTRIC PLANT: STATE AND PUBLIC FUNDING

Delismar Palmeira Costa – IFTO – Tocantins - Brasil
delismar.costa@ifto.edu.br

Manoel Calaça – UFG – Goiânia – Goiás –Brasil
manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

RESUMO

A privatização da riqueza nacional pelas empresas globais tem assumido um lugar de destaque na atual conjuntura da economia neoliberal. Esse texto teve por objetivo analisar esse processo a partir da implantação da Usina Hidroelétrica de Estreito, tomando por base as ações das grandes corporações associadas ao papel desempenhado pelo Estado. Para tanto, necessitou-se de uma concisa revisão bibliográfica, acompanhada do processamento de dados secundários, oriundos de instituições governamentais. Concluiu-se que a hidrelétrica representa e cristaliza os interesses privados das empresas multinacionais, associados às funções mediadoras do Estado, que através da financeirização e da política de controle social ratifica os grandes empreendimentos capitalistas no Brasil, à medida que precariza as condições de vida das comunidades mais atingidas por esses projetos.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Estreito; Privatização; Riqueza Nacional; Empresas Multinacionais; Estado.

ABSTRACT

The privatization of national wealth by multinational companies has taken a prominent place in the current juncture of the neoliberal economy. This text aimed to analyze this process from the implantation of the Estreito Hydroelectric Plant, based on the actions of the large corporations associated with the role played by the State. In order to do so, it was needed a concise bibliographic review, accompanied by the processing of secondary data, from government institutions. It was concluded that the hydroelectric plant represents and crystallizes the private interests of multinational companies associated with the mediating functions of the State, which through the financialization and social control policy ratifies the large capitalist enterprises in Brazil, as it precarizes the living conditions of communities more affected by these projects.

Keywords: Estreito Hydroelectric Plant; Privatization; National Wealth; Multinational Companies; State.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem por finalidade analisar o processo de privatização da riqueza nacional presente na implantação e consolidação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito), localizada na divisa Maranhão-Tocantins, tomando por base a atuação das grandes empresas do setor energético, articuladas ao papel exercido pelo Estado. A compreensão dos mecanismos econômicos utilizados por essas corporações, e a função da instância pública para a consolidação desse empreendimento, fazem parte das reflexões apresentadas nesse artigo. A análise apurada de dados quantitativos, associada a revisões bibliográficas deram sustentação aos principais resultados aqui apresentados.

A relevância desse tema é dada pela necessidade do entendimento dos processos de apropriação da riqueza em países periféricos pelas grandes companhias internacionais. Nesse cenário, as populações tradicionais são em grande parte impactadas pela execução de grandes projetos relacionados à geração de energia, à mineração ou à agropecuária. Essa economia arquitetada pelas empresas multinacionais está dissociada dos interesses mais gerais da população; daí a importância de estudos que contemplem a implantação de projetos hidroenergéticos na Amazônia brasileira. Estes são a expressão mais avançada do capitalismo, que por meio da política dos atores econômicos estimula as práticas *financeiristas* do Estado a seu favor.

As reflexões estão embasadas em pesquisa bibliográfica, e na análise de dados institucionais sobre o financiamento público da Usina Hidrelétrica de Estreito. Buscou-se autores que refletem sobre o papel do financiamento público na produção capitalista; logo na sequência as leituras foram conduzidas a teóricos que debatem as ações do capital em escala global, enfatizando o papel das grandes empresas e a construção de suas racionalidades dentro dos territórios de países periféricos. A ação do Estado também é tratada nesses moldes, ou seja, por meio de postulados teóricos que demonstram as diferentes formas alcançadas para assegurar a expansão da acumulação. As monografias dedicadas à UHE Estreito foram extremamente importantes para o processo de escrita e de coleta de dados e informações, sem os quais a pesquisa não se desenvolveria. Os dados secundários foram obtidos através de buscas em sites públicos na internet, sendo eles os

principais responsáveis pela demonstração empírica da ação do Estado em benefício das empresas multinacionais.

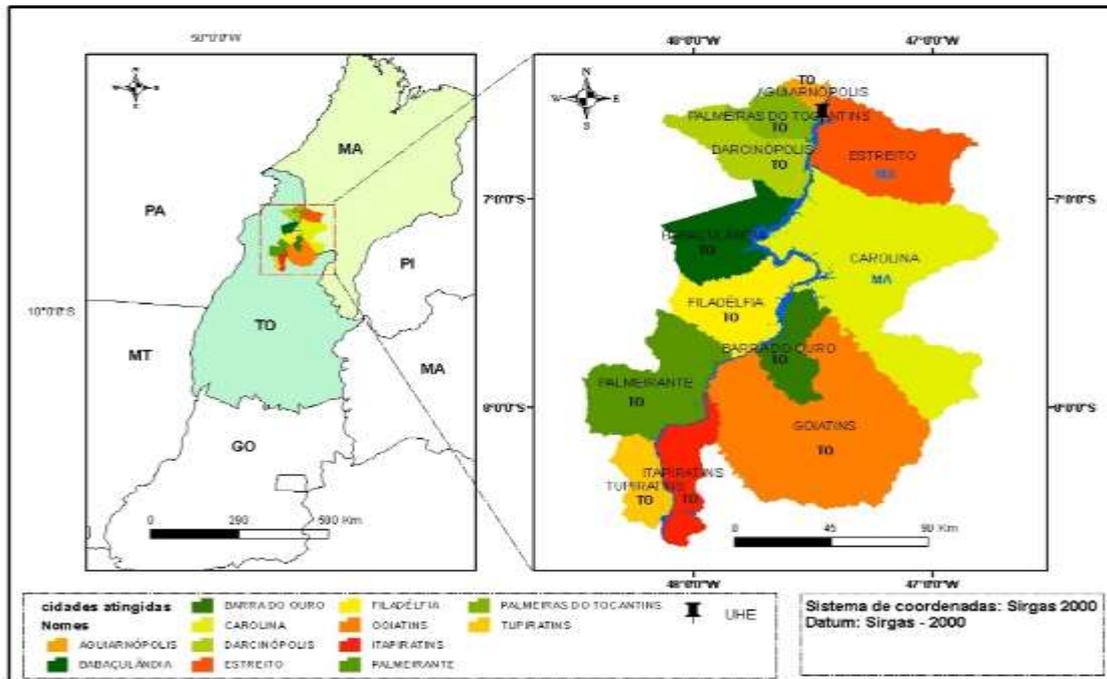
O texto está dividido em mais três partes. No primeiro momento, é tratada da implantação da UHE Estreito, a lógica capitalista inerente à sua natureza e o papel desarticulador que ela desempenha em relação à dinâmica regional. Na sequência, é abordada a importância do financiamento público e as formas de adequação do Estado à economia idealizada pelas empresas multinacionais. Por fim, são realizadas as devidas considerações finais, que sintetizam os principais resultados alcançados pela investigação.

UHE ESTREITO, UMA “DESCONFIGURAÇÃO” TERRITORIAL

A UHE Estreito foi idealizada e construída ao longo da primeira década deste século; sendo uma importante obra do setor energético nacional. Está localizada no trecho médio do Rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão e do Tocantins (Mapa 1). A barragem impactou diretamente 12 municípios, sendo Estreito e Carolina, no Maranhão, e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras e Tupiratins, no Tocantins. O reservatório se estende por mais de 260 km, totalizando 400 km² de área inundada. A potência da usina está estimada em 1.087 MW. Segundo o Consórcio Estreito Energia - CESTE, (2021a) a produção máxima alcançada em períodos de estiagem, gira em torno de 584,9 MW .

De acordo com Relatório de Impactos Ambientais, o Consórcio Estreito Energia (CESTE) foi o responsável pela obra; formado a partir da união entre as empresas Vale do Rio Doce (atual Vale), Alcoa Alumínio S.A., Billiton Metais S.A. (atual BHP Billiton Metais), Camargo Corrêa Energia Ltda. e Suez Energy South American Participações Ltda. (CNEC, 2001). A hidrelétrica foi oficialmente inaugurada no ano de 2012, todavia, o início do processo de formação do reservatório se deu ainda em 2010, o que proporcionou o funcionamento da primeira unidade geradora no ano 2011 (CESTE, 2021b).

Mapa 1: Localização da UHE Estreito e os Municípios atingidos pelo empreendimento - 2020



Fonte: SEPLAN – TO Organização: Os autores

O empreendimento impôs uma reconfiguração territorial do espaço geográfico, produzindo novas espacialidades. Antigos territórios foram substituídos por uma base destinada a assegurar a reprodução do capital. As populações atingidas perderam a sua capacidade de autorreprodução, já que a totalidade de seus meios de vida foi destruída pelas águas da hidrelétrica.

Uma nova infraestrutura foi imposta à região, sendo ela apenas uma parte da complexa engrenagem capitalista, que comunga a concentração de capital e o emprego massivo de ciência e tecnologia. A configuração territorial, de acordo com Santos (2014b), é o conjunto de objetos existentes sobre o território; é formada a partir de “elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2014a, p. 103). A UHE Estreito criou as condições para a implantação de novas relações sociais, passando a atuar como o suporte material da renovada geografia que emergiu na região.

Entretanto, cabe salientar que o objeto técnico deve ser entendido como uma realidade humana, e não como uma força alheia à sociedade (SIMONDON, 2017; 2020). É o próprio modo de produção que determina *como* e *onde* as suas formas espaciais de

apoio irão se instalar. Obviamente que as características sociais e naturais contribuem de forma significativa nessa dinâmica, que Santos (2014a) classificou como a cisão entre as ordens global e local; mas o autor adverte: “É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do lugar” (SANTOS, 2014a, p. 338). Assim, O Mundo pode ser qualificado como “um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2014a, p. 337).

Nesse contexto, a UHE Estreito se insere como uma das realizações do Mundo, que fora possível graças às virtualidades da região, principalmente as que dizem respeito ao aspecto natural. A tecnologia assume um papel crucial nessa mediação, já que de acordo com Santos (2014a), a racionalidade capitalista não é capaz de lograr nenhum êxito, se “[...] a materialidade não oferecer as condições técnicas [adequadas]” (p. 294). Desse modo, a natureza é “[...] agora *unificada* pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas” (SANTOS, 2013, p. 18).

Esse processo é o que Santos (2005; 2013; 2014a) chamou de *unicidade técnica*, um dos elementos responsáveis pela criação do meio técnico-científico-informacional, base material da ação dos atores hegemônicos e da globalização. A dinâmica das grandes empresas determina a implantação e o funcionamento de objetos técnicos sofisticados no território, que estão submetidos à racionalidade corporativa; como diria Santos (2005, p. 26), “As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação das políticas, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente” (SANTOS, 2005, p. 26).

Diante do que já foi mencionado, cabe agora discutir a espacialidade da UHE Estreito. O espaço geográfico, de acordo com Santos (2014b), pode ser entendido como o casamento entre a configuração territorial e a dinâmica social. A primeira representa a organização “[...] sobre o território, dos elementos naturais e artificiais de uso social [...]”, enquanto a segunda “[...] é dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas etc. que a cada momento histórico dão uma significação ao meio técnico criado pelo homem, isto é, à configuração territorial” (SANTOS, 2014b, p. 120).

É a partir dessa perspectiva que a UHE Estreito pode ser vista como uma “desconfiguração territorial”, ou seja, como uma desconstrução histórica da dinâmica do espaço geográfico. Se o espaço é entendido como a metamorfose entre a configuração espacial e as relações sociais, a implantação da hidrelétrica culminou na destruição de parte dessa totalidade preexistente, dando vida à uma nova realidade. As antigas relações da sociedade com meio foram brutalmente exterminadas; o reservatório representa um *território monolítico*, sob o comando de uma meia dúzia de empresas, diferentemente do rio, que era considerado um meio de produção coletivo (COSTA, 2019b). Portanto, a hidrelétrica faz parte da lógica dos *processos espaciais* que, segundo Corrêa (1982, p. 33), “[...] constituem um conjunto de forças postas em ação por determinados atores que atuam ao longo do tempo, originando localizações, realocações e permanência de atividades e do homem sobre o espaço”.

Essa capacidade que os atores hegemônicos têm de implantar suas formas espaciais de apoio sobre o território, faz com que a geografia de muitas regiões seja abruptamente modificada, num curto espaço de tempo. Projetos de grande impacto, como a UHE Estreito, produzem o fim de antigas formas de solidariedade social e ecológica. Nesse novo espaço, a carga de ciência e tecnologia é substancialmente maior do que no passado; a configuração territorial agora responde às exigências das relações capitalistas de produção, que através da produção de energia elétrica realiza a reprodução ampliada do capital.

É nesse contexto que se pode falar numa desterritorialização das comunidades atingidas (SIEBEN, 2012; PEREIRA, 2013). Ora, se “A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, como afirma Raffestin (1993, p. 161); esses sujeitos não podem ser outra coisa que “desterritorializados”, já que a totalidade de suas relações produtivas se dava por meio do uso de elementos da antiga configuração territorial, hoje inexistentes. O empreendimento não pode ser visto como uma forma espacial neutra, mas sim como uma expressão do modo de produção capitalista, que ao se alimentar constantemente pela apropriação de novos territórios ao seu domínio, produz o que Harvey (2014b) denominou *acumulação por espoliação*.

Segundo Mandel (1985, p. 30),

Estamos tratando, portanto, com um processo duplo, e os lados do mesmo devem ser combinados para que possamos compreender a gênese e o subsequente autodesenvolvimento do capital. Em outras palavras, a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia não são apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *convergentes*. Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção.

Logo, a dinâmica do capitalismo em escala global cria um cenário desolador para as comunidades tradicionais, que veem os seus territórios açambarcados pela lógica da acumulação. Por sua natureza internacional, a UHE Estreito deve ser entendida como um reflexo daquilo que vem sendo denominado *inversões econômico-geográficas* (COSTA, 2019a); tratando-se, na verdade, de uma “[...] extensão das economias dos países inversionistas mais desenvolvidos” (SINGER, 1950, p. 235). Isso fica evidente quando se leva em consideração a origem das empresas responsáveis pela construção do empreendimento, quase sempre associada aos países de capitalismo mais avançado. Assim, “[...] da perspectiva do país investidor, as inversões feitas no estrangeiro seriam externas, do ponto de vista geográfico, e interna do ponto de vista econômico” (ALDANA, 1968, p. 89).

A lucratividade obtida pelas multinacionais em regiões periféricas é em grande parte repatriada ao seu país de origem; havendo, desse modo, “[...] uma certa dispersão da atividade produtiva e uma brutal concentração do poder de gestão (SEABRA, 1982, p. 136). Por isso Santos (2013, p. 61) afirma que “[...] as ifra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar”; demonstrando a capacidade que os atores hegemônicos têm de interferir no espaço geográfico de vastas regiões pelo mundo, sem manter qualquer vínculo solidário com as populações mais impactadas por suas ações.

O ESTADO E O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO

A UHE Estreito, assim como muitos outros empreendimentos desse setor no Brasil, contou com o apoio massivo do financiamento público em sua construção. A política energética, desse modo, assume um papel de grande relevância no cenário nacional, não

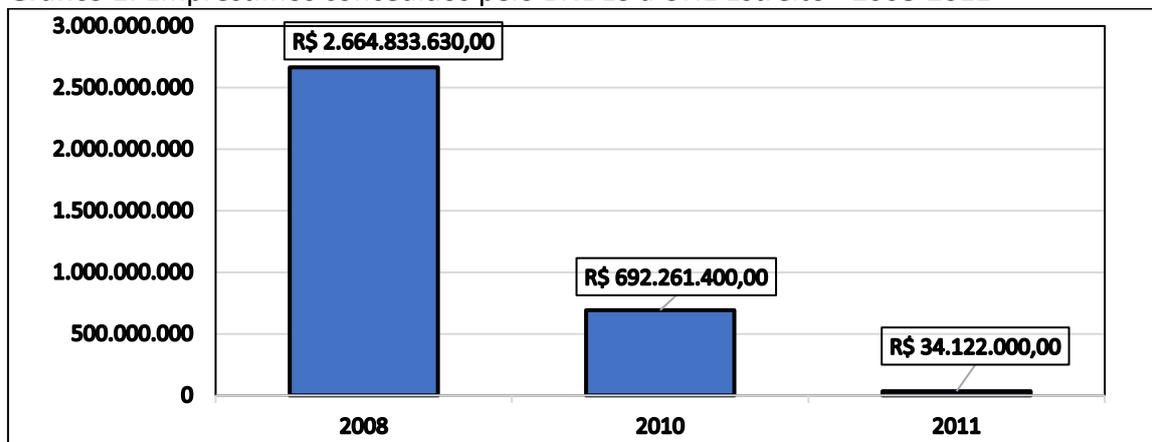
se restringindo apenas à esfera normativa, contemplando também a ação do Estado no âmbito econômico, através de suas instituições financeiras. Essa apropriação de recursos nacionais por companhias internacionais não é nenhuma novidade no Brasil; autores como Moura (1959), Prado Júnior (1960) e Sodré (1976) já haviam alertado sobre essa problemática desde o início da segunda metade do século passado.

As empresas multinacionais, através da realização de empréstimos a baixo custo nos bancos estatais, se apropriam de uma grande fatia da poupança nacional. O raciocínio é simples, “os investimentos estrangeiros geram”, na verdade, “um encargo superior aos recursos que aparentemente proporcionam, e o país em que se instalam paga aqueles investimentos com os seus próprios recursos” (SODRÉ, 1976, p. 343). Essas corporações encontram no Brasil um amplo mercado de capitais que “[...] administram em seu proveito. Através do reinvestimento de lucros, elevam seus próprios capitais [...]. Servindo-se dessa tutela, obtêm mais lucros que transferem a suas matrizes ou acumulam aqui para a obtenção de outros lucros” (MOURA, 1959, p. 77).

Os gastos públicos com a financeirização representam uma contradição para a sociedade brasileira; trata-se de uma irracionalidade econômica e social, já que as transações quase sempre são realizadas em condições que lesam o erário. A UHE Estreito não foge à essa regra, uma vez que foi idealizada e construída por empresas atuantes no cenário global. Essas corporações, conforme Chaves (2009), têm as suas raízes fincadas nos países de capitalismo mais avançado, como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Bélgica, França e Japão.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o grande responsável pelos “investimentos” públicos na hidrelétrica de Estreito. Os empréstimos foram concedidos a empresas pertencentes ao consócio inicial (ex. Vale S/A), e também a outras associadas e/ou criadas no decorrer da obra, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito público (ex. Estreito Energia S/A). Entre 2008 e 2011, foram liberados mais de R\$ 3,3 bilhões a essas companhias (Gráfico 1), totalizando 24 operações de crédito nesse período (BNDES, 2020).

Gráfico 1: Empréstimos concedidos pelo BNDES à UHE Estreito - 2008-2011



Fonte: BNDES (2020).

Organização: Os autores

A Companhia Energética Estreito foi a empresa que mais realizou operações de crédito junto ao BNDES, ao todo foram 12, somando mais de R\$ 1,3 bilhões, nos de 2008 e 2010 (BNDES, 2020). Nesse mesmo período, a Vale S/A realizou 4 empréstimos, que juntos somaram mais de R\$ 1 bilhão (BNDES, 2020). As empresas Estreito Energia S/A, Alcoa Alumínio S/A e Intercement Brasil S/A juntas realizaram 8 operações entre 2008 e 2011, totalizando R\$ 687 milhões, R\$ 176 milhões e R\$ 150 milhões respectivamente (BNDES, 2020). De forma mais precisa, foram liberados R\$ 3.391.217.030,00 bilhões pelo BNDES às corporações responsáveis pela implantação da UHE Estreito (BNDES, 2020).

As taxas de juros dessas concessões variam de 0% a 2,95% a.a., com períodos de carência de até 48 meses, e prazos que chegam a 216 meses (18 anos) (BNDES, 2020). Mais de 70% dos empréstimos foram realizados de forma direta, o que demonstra o poder econômico e político dessas empresas; a última operação de crédito foi realizada no dia 13 de junho de 2011 (BNDES, 2020), dois meses após o início do funcionamento da primeira unidade geradora da hidrelétrica, o que leva a deduzir que a grande massa dos empréstimos recebidos foi utilizada de forma direta no processo de construção e aparelhamento da UHE. Dos 24 empréstimos apurados nessa pesquisa, apenas um havia sido liquidado até 2020 (BNDES, 2020). Todas essas condições favoráveis dadas pelo Estado às corporações do setor hidroenergético só ampliam ainda mais a sua capacidade de ação; desse modo, o uso do dinheiro público promove a apropriação privada dos recursos nacionais.

Assim, fica evidente que o Estado se apresenta como um importante ator econômico no processo de acumulação, já que uma de suas principais funções é a de criar as condições básicas para a reprodução do capital (MANDEL, 1985). É comum associar a ação estatal à existência de infraestruturas físicas de apoio à acumulação, todavia, a sua esfera de atuação é bem mais abrangente do que isto, abarcando também a financeirização. O BNDES tem contribuído de forma majoritária na execução de grandes projetos hidroenergéticos na Amazônia (FEARNSIDE, 2015); nesse caso, como bem assinala Hilferding (1985), o banco tem cumprido a sua missão contraditória, já que “socializa o dinheiro dos outros para o uso de poucos” (p. 177).

O aparelho estatal nada mais é do que um instrumento dos interesses da classe burguesa, sendo ele o responsável por assegurar a perenidade da acumulação de capital; por isso Harvey (2005) afirmou que sem esse organismo “o capitalismo não se sustentaria por muito tempo” (p. 82). A luta de classes também se inscreve no âmbito territorial, e, na Amazônia, ganha contornos ainda mais contraditórios, sobretudo pela ação do Estado em benefícios das grandes empresas, deixando à margem um sem-número de comunidades tradicionais, vitimadas pela violência e expropriação do sistema burguês. Oliveira (1987) demonstrou o quanto essa política é prejudicial à nação, pois além de expropriar, é também responsável pelo aumento do ônus financeiro aos cofres públicos, sempre solícitos aos ditos projetos de “desenvolvimento” na Amazônia.

A UHE Estreito é o resultado imediato da economia política expansionista do capitalismo, que num país de dimensões continentais como o Brasil assume características específicas, ao ponto de poder se afirmar a existência de um *colonialismo interno*, como propôs Azevedo (1955). A Amazônia se configura como uma região propícia à expansão dos interesses da classe burguesa internacional, sobretudo pela disseminação da falsa ideia de *espaço vazio*, amplamente apoiada pelos discursos do Estado. Não é de hoje que se sabe da influência econômica sobre a vida política; para Bukharin (1988), o parlamento é apenas o lugar “onde a vontade coletiva do conjunto da burguesia vai buscar apenas a sua consagração formal”, sendo “O Estado moderno” nada mais do que “uma união patronal” (p. 147).

As alterações na dinâmica territorial amazônica são reflexos do avanço da sociedade capitalista sobre esse território, que, segundo os atores econômicos, encontra-se “desabitado”, e carente de investimentos. Esse pensamento é intencional, e, de certa forma, reflete também a visão do Estado, já que além de patrocinar economicamente a expansão capitalista, esse organismo também assegura o aporte jurídico tão necessário às elites empreendedoras. Assim:

O Estado produz tipicamente legislações e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócio etc. Em muitos casos das parcerias público-privadas [...], o governo assume boa parte dos riscos enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros (HARVEY, 2014a, p. 87).

Portanto, os gastos públicos com o financiamento de grandes empresas assumem uma dimensão totalmente desvinculada dos interesses sociais pertinentes à população (saúde, educação, moradia etc.). Os atingido por barragens fazem parte desse cenário caótico em que o Brasil está inserido, e quase sempre são considerados um empecilho à acumulação. Para Harvey (2014a, p. 76), “A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países” deve ser “julgada crucial”; sendo esta a grande missão do Estado burguês; talvez por isso Furtado (1982, p. 63) tenha asseverado que “[...] o Brasil afastou-se consideravelmente da economia de *laissez-faire*, criando uma variante de <<capitalismo de Estado>> que requer para seu funcionamento normal uma íntima articulação entre a classe empresarial e os poderes públicos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UHE Estreito, como ficou claro, está inserida na dinâmica global do modo de produção capitalista. A sua implantação é fruto da capacidade expansiva do sistema de acumulação, que está sempre em busca de novas regiões, promovendo processos contraditórios de expropriação. O empreendimento modificou drasticamente a geografia do lugar, criando uma configuração territorial totalmente alheia às relações sociais antes existentes. A desterritorialização das comunidades tradicionais é o resultado imediato da política praticada pelas grandes empresas, que é em grande parte assegurada pelo poder do Estado.

A lógica global tende a fortalecer as contradições do capitalismo, a partir do momento em que impõe sua “racionalidade” a subespaços que ainda não se achavam sob o domínio das relações capitalistas. As inversões econômico-geográficas são a expressão material desse processo, já que objetivam no espaço as formas-conteúdo de apoio ao capital multinacional; criando as condições básicas para a acumulação em territórios de países periféricos, como o Brasil. A hidrelétrica de Estreito representa a territorialização dessas inversões que, na sua essência, estão associadas aos interesses de grandes corporações, cuja atuação se dá em escala global.

O empreendimento também resguarda outros aspectos importantes, dentre eles o que diz respeito ao papel do financiamento público na execução da obra. As cifras que foram mencionadas demonstram a importância que o Estado assume na economia liberal; as funções básicas da superestrutura são ressignificadas em favor das grandes empresas. Cabe ao Estado prover parte do capital necessário às multinacionais, que acabam por privatizar o dinheiro público em benefício de seus próprios interesses. É também de sua competência a mediação e “solução” dos conflitos, já que a implantação de grandes projetos, como a UHE Estreito, não se dá sem a violação direitos, seja por meio da violência velada, ou expressamente manifesta.

REFERÊNCIAS

ALDANA, R. L. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução: Ignácio M. Rangel, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, vol. 3).

AZEVEDO, A. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 21, p. 42-68, 1955.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Consulta a Operações do BNDES: UHE Estreito**. Brasília: BNDES, 2020. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes>>. Acesso: 28 mai. 2020.

BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**: esboço econômico. Tradução: Raul de Carvalho, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **A Usina**. 2021a. Disponível em: <<https://www.uhe-estreito.com.br/o-emprego/a-usina.html>>. Acesso: 14 nov. 2021.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Histórico**. 2021b. Disponível em: <<https://www.uhe-estreito.com.br/institucional/historico.html>>. Acesso: 14 nov. 2021.

CHAVES, P. R. **As Relações Sócio-territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (Re)produção do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

CNEC, Engenharia S. A. **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_emprego.php>. Acesso: 14 nov. 2021.

CORRÊA, R. L. O Espaço Geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. (Geografia: teoria e realidade).

COSTA, D. P. O Espaço Subdesenvolvido. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 8, n 16, p. 84-98, 2019a.

COSTA, D. P. **Os Camponeses da Ilha de São José e Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito**: da terra de trabalho ao território do devir. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019b.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 1.

FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982. (Perspectivas do Homem; v. 92).

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Tradução: Reinaldo Mestrinel e Wanda N. C. Brant, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Tradução: Carlos Matos, Regis Andrade, Dinah Azevedo, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MOURA, A. **Capitais Estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987. (Educando).

PEREIRA, M. D. **Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França, São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à conscientização universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos; 11).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2014a. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2014b. (Coleção Milton Santos; 10).

SEABRA, M. A Economia da América Latina. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 59, p. 115-159, 1982.

SIEBEN, A. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SIMONDON, G. **Sobre La Técnica: 1953-1983**. Traducción: Margarita Martínez y Pablo Esterban Rodríguez, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2017.

SIMONDON, G. **Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos**. Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SINGER, H. W. Comercio e Inversión en Países poco Desarrollados: distribución de las ganancias entre los países inversores y los deudores. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, vol 17, n 66(2), p. 232-251, abril/junio, 1950.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Retratos do Brasil, v. 98).

Delismar Palmeira Costa - Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Goiás (2020-2023). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2019). Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2016). Possui experiência em Geografia Agrária, com ênfase nas questões relacionadas ao campesinato e a sua luta cotidiana na formação social capitalista brasileira. Tem experiência em Geografia da População, sobretudo em relação às temáticas ligadas às migrações camponesas ocasionadas pela construção de usinas hidrelétricas. Pesquisa também em Geografia Econômica, sobretudo os fenômenos ligados ao subdesenvolvimento, a relação da agropecuária com a indústria e o circuito inferior da economia urbana.

Manoel Calaça - Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (1974), mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro (1983) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, modernização do campo, territorialização do capital no Cerrado, relações de trabalho, mobilidade populacional e agricultura e movimentos sociais no campo.

Recebido para publicação em 19 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 22 de fevereiro de 2022.

Publicado em 04 de março de 2022.